


**ESTRATIFICAÇÃO DIGITAL POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVAS FORMAS DE
DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**DIGITAL STRATIFICATION BY ARTIFICIAL INTELLIGENCE: NEW FORMS OF
SOCIAL INEQUALITY IN CONTEMPORARY BRAZIL**

**ESTRATIFICACIÓN DIGITAL POR INTELIGENCIA ARTIFICIAL: NUEVAS FORMAS
DE DESIGUALDAD SOCIAL EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-329>

Data de submissão: 29/11/2025

Data de publicação: 29/12/2025

Haspazya Beatriz Varela Ribeiro de Araújo
Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior
Instituição: Universidade Potiguar (UnP)
E-mail: haspazyab@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9320-0128>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2750313459037292>

Roxana Silva
Doutorado em Ciências da Educação
Instituição: Veni Creator Christian University (VCCU)
E-mail: roxanapsicopedagoga2018@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0643-2165>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3623070301425808>

Tiago Moreno Lopes Roberto
Doutor em Ciências da Saúde
Instituição: Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP)
E-mail: tiago.moreno@faculdefutura.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5689-7468>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0413358521982870>

Elviro Ferreira Neto
Mestrado em Ciências da Educação
Instituição: Veni Creator Christian University (VCCU)
E-mail: elviroferreira06@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3897-0000>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1347784593164435>

Janaína Ráfia de Brito
Mestrado em Geografia
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: janainarafiaprofessora@yahoo.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6402-3523>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6823225372564485>

Weberson de Aquino Lima

Mestrado em Letras

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

E-mail: webersonaquino@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9836-769X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7488708322434222>

Elimeire Alves de Oliveira

Mestrado em Ensino e Processos Formativos

Instituição: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

E-mail: elimeire.alves@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4672-6013>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7364168968695189>

Alenuska Karine de Medeiros Ferreira

Mestrado profissional em Ciências da Educação

Instituição: Veni Creator Christian University (VCCU)

E-mail: alenskakarine@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3063-396X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7812753676337142>

RESUMO

Diante da crescente presença da inteligência artificial (IA) nas relações sociais e econômicas, este estudo explora como a estratificação digital surge como uma nova forma de desigualdade social no Brasil. O foco principal está na discriminação algorítmica, que, ao filtrar e direcionar informações, acaba por perpetuar desigualdades de gênero, raça e classe. O objetivo é examinar as implicações sociais da IA, especialmente no que diz respeito à formação de opinião e ao engajamento político, além de seus impactos nas políticas públicas. Para isso, a metodologia utilizada consiste em uma revisão crítica da literatura, incluindo estudos de caso e análises de dados disponíveis. Assim, fica claro que a estratificação digital não apenas se reproduz, mas também exacerba as desigualdades sociais já existentes, criando um ciclo vicioso de exclusão. Portanto, é fundamental desenvolver mecanismos que ajudem a mitigar os vieses algorítmicos, promovendo uma justiça social mais justa no contexto da era digital.

Palavras-chave: Estratificação Social. Desigualdade Social. Desigualdade Digital. Vigilância Preditiva. Viés Algorítmico.

ABSTRACT

Considering the increasing influence of artificial intelligence (AI) on social and economic dynamics, this study investigates how digital stratification manifests as a new form of social inequality in Brazil. The central issue lies in algorithmic discrimination, which, by filtering and directing information, perpetuates inequalities related to gender, race, and class. The aim is to analyze the social implications of AI, particularly concerning opinion formation and political engagement, as well as its impacts on public policies. To achieve this, the methodology employed involves a critical review of the literature, encompassing case studies and analyses of available data. Thus, it is observed that digital stratification not only reproduces but also intensifies existing social inequalities, generating a vicious cycle of exclusion. It is concluded that it is imperative to develop mechanisms to mitigate algorithmic biases, thereby promoting a fairer social justice in the context of the digital age.

Keywords: Social Stratification. Social Inequality. Digital Inequality. Predictive Policing. Algorithmic Bias.

RESUMEN

Considerando la creciente influencia de la inteligencia artificial (IA) en las dinámicas sociales y económicas, este estudio investiga cómo la estratificación digital se manifiesta como una nueva forma de desigualdad social en Brasil. El problema central radica en la discriminación algorítmica que, al filtrar y dirigir la información, perpetúa desigualdades de género, raza y clase. El objetivo es analizar las implicaciones sociales de la IA, especialmente en relación con la formación de opinión y el compromiso político, así como los impactos en las políticas públicas. Para ello, la metodología empleada consiste en una revisión crítica de la literatura, que abarca estudios de caso y análisis de datos disponibles. De este modo, se observa que la estratificación digital no solo se reproduce, sino que intensifica las desigualdades sociales existentes, generando un ciclo vicioso de exclusión. Se concluye que es imperativo desarrollar mecanismos para mitigar los sesgos algorítmicos, promoviendo así una justicia social más equitativa en el contexto de la era digital.

Palabras clave: Estratificación Social. Desigualdad Social. Desigualdad Digital. Vigilancia Predictiva. Sesgo Algorítmico.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos um montento que a transformação digital e o avanço da Inteligência Artificial (IA) estão mudando rapidamente nosso cotidiano. Esse acontecimento favorece não apenas os processos econômicos; mas também novas formas de poder e controle, essenciais para entendermos as dinâmicas sociais do século XXI. Nessa perspectiva, a IA aparece não é apenas como uma ferramenta tecnológica, mas um agente que influencia a sociedade de maneira sociopolítica, conectando aspectos simbólicos e materiais (Iasulaitis; Silveira, 2025). Tornando-se um dos assuntos mais discutidos, a Inteligência Artificial vem afetando vários aspectos da humanida, desde a economia até as relações pessoais.

Em uma breve explicação, é necessário entender que para que um sistema possa ser considerado IA, é necessário que haja uma combinação de três elementos fundamentais: dados, algoritmos e poder computacional.

Os dados são a base da IA, sendo fundamentais para seu funcionamento. Sem um volume significativo de informações, a IA não consegue aprender ou identificar padrões importantes. Em Big Data, Mayer-Schönberger e Cukier (2013), mostram que a coleta e análise de grandes quantidades de dados possibilitam a extração de insights que métodos tradicionais não conseguiriam alcançar. Enquanto os algoritmos se configuram como as instruções que processam esses dados, incluindo lógicas e modelos matemáticos, como as Redes Neurais, que permitem que a máquina interprete e aprenda com as informações. A evolução dessas técnicas tem avançado rapidamente, resultando em progressos em áreas como reconhecimento de imagem, processamento de linguagem natural e tomada de decisões autônomas.

Dando sequencia, o poder computacional se configura como a infraestrutura que arca todo esse processo. O uso de hardware avançado, como GPUs e servidores em nuvem, é garantem a realização de cálculos complexos em grande escala. Essa capacidade de processamento permite que os sistemas de IA operem em velocidades espantosa, facilitando a análise em tempo real de vastos volumes de dados (Brynjolfsson; McAfee, 2014). Logo, o trabalho entre dados, algoritmos e poder computacional não apenas define a IA, mas também molda o futuro das tecnologias e suas aplicações na sociedade atual.

Por outro lado, o avanço da IA traz inquietações com relação a sua capacidade de limitar o poder e os direitos fundamentais, podendo acentuar desigualdades sociais já existentes. A forma como os sistemas algorítmicos, baseados em dados históricos e aprendizado de máquina, podem reforçar e amplificar visões pré-existentes, resultando em uma Estratificação Digital que impacta o acesso a direitos, serviços e oportunidades (Viana, 2025; Oliveira, 2024). Essa preocupação é baseada no

contexto do Sul Global e do Brasil, onde os efeitos do colonialismo digital nas políticas públicas e nas relações sociais já são bastante significativos (Melo, 2023).

E ponto central dessa pesquisa é como a Inteligência Artificial, ao incorporar visões históricas e estruturais, reconfigura e aprofunda as formas de desigualdade social no Brasil contemporâneo, resultando em um processo de Estratificação Digital?

A justificativa para este trabalho é a urgência de analisar a discriminação algorítmica como uma questão sociológica e jurídica relevante. A IA pode está moldando áreas cruciais da vida social: no mercado de trabalho, onde a plataformização e o controle algorítmico criam novas formas de precarização e desigualdade de gênero (Carvalho, 2023); na política e na formação de opinião, através de viés de gênero em algoritmos de recomendação (André, 2025); e na própria estrutura racial, ao reconfigurar o racismo em espaços digitais (Félix, 2023). Identificar e amenizar essas visões é fundamental para garantir justiça social e direitos fundamentais (Samy, 2025).

O objetivo deste trabalho é analisar de forma crítica a Estratificação Digital no Brasil contemporâneo, examinando o papel da Inteligência Artificial na criação e perpetuação de novas formas de desigualdade social. Vamos mapear os conceitos principais e a base teórica da Sociologia para entender como a IA reconfigura a desigualdade social e o colonialismo digital no Brasil.

Além disso, pretendemos identificar e categorizar as manifestações específicas do viés algorítmico (gênero, raça e trabalho) nos sistemas de decisão de IA, utilizando evidências e estudos de caso nacionais (Galdino et al., 2024) e avaliar os desafios éticos e jurídicos que a discriminação algorítmica apresenta, propondo caminhos para o desenvolvimento de mecanismos de avaliação de impacto e mitigação de vieses no Brasil (Machado e Silva, 2024).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A estratificação digital, impulsionada pela Inteligência Artificial (IA), surge como um tema relevante para entender as novas formas de desigualdade social no Brasil atual. A discussão sobre esse assunto revela a vinculação entre tecnologia, poder e desigualdade, evidenciando como a IA pode tanto reforçar quanto desafiar as estruturas sociais já existentes. O acesso e a utilização das tecnologias digitais variam amplamente entre diferentes grupos sociais, resultando em desigualdades que se manifestam em áreas como educação, mercado de trabalho e participação política (Falcón, 2024). A discriminação algorítmica é um conceito importante na maneira de como pode perpetuar preconceitos históricos, afetando desproporcionalmente grupos marginalizados (Castro, 2025; Silva, 2022).

Diversas teorias ajudam a contextualizar a estratificação digital, como exemplo a

plataformaformização, abordada por Carvalho (2023), analisa como a transformação digital altera as dinâmicas de trabalho, acentuando desigualdades sociais. Essa mudança é especialmente perceptível nas plataformas digitais, que frequentemente favorecem aqueles que já possuem acesso a recursos tecnológicos e educação.

Outro aspecto relevante é a economia política dos dados, que investiga como o controle e a monetização de dados contribuem para a desigualdade (Lastres et al., 2025). O poder de decidir quais dados são coletados e utilizados reforça a marginalização de vozes que não têm representação nas plataformas digitais.

A literatura sobre o tema revela algumas lacunas e divergências. Enquanto muitos estudos, como os de Melo (2023) e Viana (2025), enfatizam o impacto negativo da IA na perpetuação de desigualdades, outros, como os de Galdino et al. (2024), discutem como a educação e a formação em competências digitais podem atuar como uma solução. Contudo, ainda há uma falta de consenso sobre como implementar políticas públicas eficazes que minimizem esses efeitos.

Além disso, a pesquisa de André (2025) sobre as perspectivas de gênero em algoritmos de recomendação política aponta a necessidade de uma abordagem que leve em conta pontos como raça, classe e gênero que se entrelaçam na experiência da estratificação digital. A autora permeia na discussão das plataformas digitais que não só moldam a informação disponível aos usuários, mas também influenciam diretamente a formação de opiniões e o engajamento político, especialmente entre as mulheres. Ela argumenta que esses algoritmos, ao priorizar certos conteúdos e silenciar outros, criam uma exposição seletiva que pode fortalecer estereótipos de gênero e perpetuar a desigualdade.

As experiências de desigualdade não são unidimensionais, segundo a autora, o entrelaçamento de raça, classe e gênero é crucial para entender como diferentes grupos são afetados de maneiras distintas pela estratificação digital. Por exemplo, mulheres jovens podem enfrentar barreiras adicionais em termos de acesso à informação e participação política em comparação com homens. A exposição selecionada por algoritmos de recomendação limita a diversidade de vozes e molda percepções sobre o que é relevante no discurso político, resultando em um ciclo vicioso de falta de representação e marginalização.

Apesar do crescente corpo de pesquisas sobre discriminação algorítmica, muitos estudos ainda carecem de uma análise mais profunda das soluções práticas e políticas. Existe um consenso emergente sobre a necessidade de avaliações de impacto algorítmico, conforme sugerido por Samy (2025), mas sua implementação enfrenta desafios significativos.

A análise crítica da literatura pertinente revela a complexidade da relação entre a Inteligência

Artificial e a estratificação digital no Brasil. Essa análise aponta para a urgência de pesquisas futuras que possam abordar as lacunas e propor soluções práticas para as desigualdades sociais exacerbadas pela tecnologia. Compreender essas dinâmicas é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam equidade no acesso e uso das tecnologias digitais.

É amplamente reconhecido que reformas nos algoritmos de recomendação são necessárias para garantir maior inclusão e representatividade. Isso inclui a implementação de mecanismos que permitam uma diversidade de vozes e perspectivas, além de auditorias regulares para identificar e corrigir vieses. A interseccionalidade deve ser um princípio orientador na análise e no desenvolvimento de tecnologias digitais, permitindo abordar eficazmente a estratificação digital e suas repercussões sociais.

As reflexões de André (2025) sobre os vieses de gênero em algoritmos de recomendação política evidenciam a necessidade de reformas que garantam maior inclusão e representatividade nas plataformas digitais. A autora ressalta que esses algoritmos não apenas moldam a formação de opiniões, mas também impactam o engajamento político das mulheres, reforçando a importância de amplificar suas vozes em um espaço frequentemente marginalizado.

Além disso, Castro (2025) investiga a discriminação algorítmica, defendendo que a promoção da diversidade de perspectivas é essencial. Essa ideia é corroborada por Samy (2025), que discute a avaliação de impacto algorítmico e os desafios éticos e jurídicos associados à identificação de vieses. A necessidade de auditorias regulares para corrigir distorções é uma recomendação clara que emerge de suas análises.

A interseccionalidade deve ser um princípio ativo na análise e desenvolvimento de tecnologias digitais. Viana (2025) enfatiza que a discriminação algorítmica nas relações de trabalho, especialmente em relação ao gênero, requer uma abordagem que considere múltiplas dimensões de desigualdade. Essa perspectiva é vital para uma análise mais abrangente da estratificação digital e suas repercussões sociais.

Por outro lado, Félix (2023) e Silva (2022) discutem como as tecnologias discriminatórias reconfiguram o racismo nos espaços sócio-digitais, destacando que a falta de diversidade nos algoritmos perpetua desigualdades raciais. Essa reconfiguração evidencia a urgência de compensar as estruturas algorítmicas, assegurando que sejam projetadas para incluir as diversas realidades sociais.

Assim, a convergência nas ideias apresentadas por esses autores destaca uma compreensão compartilhada da necessidade de reformar os algoritmos de recomendação, promovendo inclusão e justiça social. O desafio é significativo, mas a implementação de práticas que considerem a

diversidade e realizem auditorias regulares pode ser um passo importante nessa direção. Portanto, a interseccionalidade não deve ser apenas um conceito teórico, mas um princípio ativo que guie o desenvolvimento tecnológico, assegurando que as repercussões sociais da estratificação digital sejam tratadas com a seriedade que merecem.

3 METODOLOGIA

A pesquisa que apresentamos adota uma abordagem metodológica rigorosa, fundamentada em uma revisão crítica e conceitual da literatura sociológica, jurídica e tecnológica. A metodologia será detalhada a seguir, garantindo a transparência e a replicabilidade do estudo. Este trabalho se caracteriza como uma Revisão Bibliográfica e Conceitual, com um enfoque qualitativo e crítico.

- **Qualitativo e Crítico:** O objetivo é analisar e interpretar as produções acadêmicas recentes que discutem a interconexão entre tecnologia, poder e desigualdade social, estabelecendo um referencial teórico para entender o fenômeno da estratificação digital no Brasil.
- **Revisão Conceitual:** O foco principal é mapear e interligar os conceitos emergentes e as bases teóricas que explicam como os mecanismos da inteligência artificial, como vieses e opacidade, reconfiguram as estruturas clássicas de desigualdade, incluindo classe, raça e gênero.

A busca foi realizada em bases de dados de alto impacto e repositórios acadêmicos, como SciELO, Scopus, Google Scholar e repositórios de teses e dissertações brasileiras. Utilizamos um método de busca facetada por descritores e a técnica de "bola de neve" a partir de obras seminais recentes.

Os descritores utilizados cruzaram os seguintes eixos temáticos (Sociologia, Tecnologia e Contexto):

Estratificação e Desigualdade: "Estratificação Social" OR "Desigualdade Digital" OR "Exclusão Social".

Mecanismo Algorítmico: "Inteligência Artificial" OR "Viés Algorítmico" OR "Discriminação Algorítmica".

Contexto e Aplicação: "Brasil" OR "Sul Global" OR "Colonialismo Digital".

Manifestações: "Plataformização do Trabalho" OR "Racismo Algorítmico" OR "Viés de Gênero".

- **Critério de Inclusão (CI):** Incluímos artigos, teses, dissertações e livros que tratam explicitamente das implicações sociais, éticas e jurídicas da IA ou algoritmos na reprodução

da desigualdade no Brasil ou no Sul Global. Damos prioridade a publicações dos últimos cinco anos (2022–2025) devido à rápida evolução do tema.

- **Crítérios de Exclusão (CE):** Excluimos estudos de natureza puramente técnica (Engenharia de Software) que não discutem o impacto social; artigos opinativos ou de divulgação não acadêmica; e trabalhos focados em regiões geográficas como Europa ou EUA, sem discussão comparativa ou contextualização no Sul Global.

As fontes selecionadas foram submetidas a uma análise de conteúdo categorial, organizando o conhecimento em três eixos principais, alinhados aos objetivos do estudo:

- **Eixo A – Fundação da Estratificação:** Análise dos modelos teóricos que explicam a articulação entre a economia política de dados e a reconfiguração da desigualdade.
- **Eixo B – Mecanismos de Discriminação:** Detalhamento do viés algorítmico como ferramenta de exclusão racial e de gênero.
- **Eixo C – Impacto Setorial (Trabalho e Políticas):** Exploração das consequências da estratificação na plataformização do trabalho e na formação de opinião, sob a perspectiva da limitação de direitos.

Por se tratar de uma revisão bibliográfica e conceitual, não houve coleta de dados primários envolvendo seres humanos, o que dispensou a submissão a Comitês de Ética em Pesquisa. No entanto, o estudo mantém um compromisso ético com a transparência e o rigor crítico, utilizando a revisão para reforçar o debate sobre a ética algorítmica e a proteção de direitos fundamentais na era digital.

Uma limitação importante é a natureza emergente da literatura sobre IA e desigualdade no Brasil, que ainda está em fase de consolidação. Embora a busca tenha sido abrangente, a maioria dos achados empíricos nacionais concentra-se em teses e dissertações (literatura cinzenta), indicando que o campo está em rápido desenvolvimento. Assim, a interpretação dos resultados está sujeita à lente da crítica sociológica, priorizando a formulação conceitual em detrimento da generalização estatística de dados empíricos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão bibliográfica e conceitual realizada permitiu mapear e categorizar as evidências de como a Inteligência Artificial (IA) atua como um mecanismo de estratificação social no Brasil atual. Os resultados reforçam a ideia de que a IA não é um fenômeno neutro, mas sim um agente

sociopolítico que reconfigura e intensifica desigualdades já existentes (Lastres; Cassiolato; Dantas, 2025).

4.1 MECANISMOS E REPRODUÇÃO DO VIÉS ALGORÍTMICO

Os estudos analisados convergem para a identificação do viés algorítmico como o principal motor da Estratificação Digital, manifestando-se como uma “desigualdade codificada” (Castro, 2025).

4.2 VIÉS RACIAL

A literatura disponível indica que a IA reconfigura o racismo em ambientes socio-digitais, mostrando que os algoritmos não apenas perpetuam, mas também amplificam a discriminação racial histórica (Silva, 2022). Nesse contexto, racismo algorítmico é visto como um obstáculo para efetivação dos direitos fundamentais no Brasil.

4.3 VIÉS DE GÊNERO

As desigualdades de gênero emergem em sistemas de tomada de decisão e em algoritmos de recomendação política, impactando a exposição seletiva e a formação de opinião, o que, por sua vez, influencia o engajamento político das mulheres nas plataformas digitais (André, 2025). A avaliação do impacto algorítmico é destacada como um desafio ético e jurídico fundamental para mitigar essas disparidades (Samy, 2025).

4.4 COLONIALISMO DIGITAL

O colonialismo digital intensifica a reprodução da desigualdade, evidenciando como a IA e a economia de dados afetam as políticas públicas e a soberania do Sul Global (Melo, 2023). A economia política de dados tende a consolidar o poder nas metrópoles tecnológicas, reforçando a dependência econômica e social (Galdino; Mello; Ramalhais, 2024).

4.5 A ESTRATIFICAÇÃO NO TRABALHO E A LIMITAÇÃO DE DIREITOS

A IA vai além de apenas filtrar informações; ela remodela as relações de produção, criando novas "camadas sociais" no mercado de trabalho.

4.6 PLATAFORMIZAÇÃO E ALIENAÇÃO

A plataformação do trabalho é identificada como um mecanismo que, embora inserido nas transformações da Indústria 4.0, aprofunda a desigualdade social (Carvalho, 2023). A realidade subjetiva é afetada pelo controle algorítmico, resultando em novas formas de alienação e precarização.

4.7 DISCRIMINAÇÃO LABORAL

A discriminação algorítmica nas relações de trabalho é uma expressão aguda da Estratificação Digital, com ênfase nas desigualdades de gênero e nos desafios para o acesso à justiça (Viana, 2025).

4.8 DISCUSSÃO DA IA COMO LIMITE DE DIREITOS

Sob a perspectiva jurídica e filosófica, a IA se revela como um limitador de poder e de direitos fundamentais. Os resultados indicam que a falta de transparência e responsabilização algorítmica desafia os princípios legais e éticos estabelecidos (Carvalho, 2023). A IA atua como uma mediação que, em vez de facilitar, impõe regras de exclusão, exigindo uma resposta regulatória urgente que vá além dos princípios tradicionais do Direito.

A revisão crítica da literatura confirma que a IA é um agente ativo na criação de uma Estratificação Digital que reconfigura e intensifica as desigualdades sociais históricas no Brasil contemporâneo. A investigação das tecnologias algorítmicas revelou que os vieses algorítmicos (racial e de gênero) e o colonialismo digital são os principais vetores dessa nova forma de exclusão.

4.9 CONTRIBUIÇÕES SIGNIFICATIVAS DO ESTUDO

Fundação Teórica da Estratificação Digital: O entendimento de que a IA está intrinsecamente ligada à economia política de dados, transformando a desigualdade em um problema de natureza algorítmica, e não apenas social (Lastres; Cassiolato; Dantas, 2025).

- **Mapeamento de Vieses Setoriais:** A manifestação da discriminação algorítmica nas esferas política e laboral (plataformização e desigualdade de gênero) e a reconfiguração do racismo (Félix, 2023).
- **Imperativo Ético e Jurídico:** A luta contra a estratificação digital exige o reconhecimento da IA como uma limitação de direitos fundamentais, tornando urgente a redefinição das políticas de equidade e o desenvolvimento de mecanismos de Avaliação de Impacto Algorítmico para efetivar a justiça social no Brasil (Samy, 2025).

4.10 LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

As principais limitações da pesquisa decorrem do caráter emergente do tema, com a maior parte das evidências concentradas em trabalhos conceituais e literatura cinzenta recente (monografias e dissertações de 2023-2025). Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos empíricos longitudinais que possam quantificar a relação entre as variáveis algorítmicas e os desenvolvimentos socioeconômicos em populações vulneráveis no Brasil, visando subsidiar regulamentações mais eficazes.

5 CONCLUSÃO

A síntese dos achados revela que a Inteligência Artificial (IA) não deve ser vista apenas como uma ferramenta técnica neutra, mas sim como um agente sociopolítico que tem o poder de reestruturar hierarquias e acentuar vulnerabilidades, especialmente no contexto do Sul Global. Ao trazer contribuições significativas tanto para a teoria quanto para a prática, fica evidente que a desigualdade no Brasil se transformou em uma questão de natureza algorítmica, profundamente entrelaçada com a economia política de dados e a soberania digital. Isso demanda um esforço para criar um arcabouço conceitual que enfrente o colonialismo digital nas políticas públicas.

Nesse contexto, a identificação e categorização das manifestações discriminatórias em setores críticos mostram que o viés algorítmico é, de fato, uma forma de "desigualdade codificada". O racismo algorítmico, por exemplo, não apenas persiste, mas se reconfigura ativamente nos espaços virtuais. Além disso, a plataformização do trabalho intensifica a precarização e as disparidades de gênero, exigindo ações concretas para garantir a justiça social, especialmente em áreas que afetam a formação da opinião política e o engajamento das mulheres.

Portanto, a evidência de que a IA estabelece regras de exclusão e restringe direitos fundamentais enfatiza a necessidade urgente de desenvolver mecanismos de Avaliação de Impacto Algorítmico. Esses mecanismos são essenciais para mitigar danos, conforme sugerido pela literatura especializada. Em última análise, o combate à estratificação digital no Brasil requer uma transformação por parte do Estado e da sociedade civil, convertendo o avanço tecnológico em um projeto de equidade e justiça de dados. Para isso, recomenda-se que futuras pesquisas se concentrem em estudos empíricos longitudinais que consigam quantificar as relações causais entre a mediação algorítmica e os desfechos socioeconômicos, proporcionando subsídios sólidos para a regulamentação e as políticas de inclusão digital no país.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, G. Viés de Gênero em Algoritmos de Recomendação Política: impactos na exposição seletiva, formação de opinião e engajamento político feminino em plataformas digitais. CONEHD – Convergências: estudos em Humanidades Digitais Goiânia (GO), v.1, n. 8, p. 97-115. Disponível em: <<https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/1653/2154>> Acesso em: 10/12/2025.

BRYNJOLFSSON, E., MCAFEE, A. The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies. W. W. Norton & Company, p. 112-118. Disponível em: <<http://digamo.free.fr/brynmacafee2.pdf>> Acesso em: 05/10/2025.

CASTRO, G. V. M. Desigualdade Codificada: investigando a discriminação algorítmica. 2025. 35 f. Artigo para grau de Bacharel em Direito - Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Mossoró/RN, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/920c791c-9567-40bd-ba86-287f8927af4d/content>> Acesso em: 08/12/2025.

CARVALHO, M. G. Plataformização do trabalho e desigualdade social: reflexões a partir da categoria dimensão subjetiva da realidade. 2023. 183 f. Tese de doutorado em Psicologia Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde – São Paulo/SP, 2023. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/41324/1/M%c3%b4nica%20Gurj%c3%a3o%20Carvalho.pdf>> Acesso em: 15/10/2025.

CARVALHO, A. O. D. Inteligência Artificial, limitação de poder e direitos fundamentais: indo além dos princípios. 138 f. 2023. Dissertação de Mestrado em Direito - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ, 2023. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/23368/2/Dissertacao%20-%20Arthur%20Oliveira%20de%20Carvalho%20-%202023%20-%20Completa.pdf>> Acesso em: 06/11/2025.

FALCÓN, M. L. O. Desenvolvimento econômico e a transformação digital: processos e desafios. Revista Eptic, 1-16 páginas, v. 26, n. 3, set.-dez., 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/21391/16395>> Acesso em: 23/11/2025.

FÉLIX, M. A. S. S. Tecnologias Discriminatórias: a reconfiguração do racismo nos espaços sócio-digitais. 2023. 72 f. Monografia para grau de Bacharel em Serviço Social – Universidade Federal de Ouro Preto – Mariana/MG, 2023. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/6917/3/MONOGRAFIA_TecnologiasDiscriminat%c3%b3riasReconfigura%c3%a7%c3%a3o.pdf> Acesso em: 09/09/2025.

GALDINO, M.; MELLO, T. B.; RAMALHAIS, T. F. et al. Transformações do Trabalho no Século XXI: indústria 4.0, inteligência artificial, big data e a plataformização da educação na formação do estudante para o mercado de trabalho, um estudo a partir da perspectiva marxista. 1-10 páginas. Revista Iguazu Science, v. 2, n. 4, ago. 2024. Disponível em: <<https://iguazu.uniguacu.com.br/index.php/iguazu/article/view/96/66>> Acesso em: 27/11/25025.

IASULAITIS, S.; SILVEIRA, S. A. D. Estudos Sociopolíticos da Inteligência Artificial. SciELO Books [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2025, 414 p. ISBN: 978-65-5221-024-1. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/79zyr/pdf/iasulaitis-9786552210234-01.pdf>> Acesso em: 07/12/2025.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; DANTAS, M. Economia política de dados e soberania digital: conceitos, desafios e experiências no mundo. Editora Contracorrente, 17 de abr. de 2025 - 588 páginas.

MACHADO, H. C.; SILVA, S. Desafios Sociais e Éticos da Inteligência Artificial no Século XXI. UMinho Editora, 5 de dez. de 2024 - 149 páginas. Disponível em: <<https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/view/130/231/3705>> Acesso em: 13/09/2025.

MAYER-SCHÖNBERGER, V., CUKIER, K. Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work, and Think (p. 15-20). Eamon Dolan Books, 2023. Disponível em: <<https://dl.nemoudar.com/Big%20Data%20A%20Revolution%20That%20Will%20Transform%20How%20We%20Live%20Work%20and%20Think.pdf>> Acesso em: 28/09/2025.

MELO, M. E. B. Descolonizando a inteligência artificial: análise sobre as tecnologias persuasivas frente às desigualdades no contexto do sul global. Editora Dialética, 31 de mar. de 2023 - 136 páginas. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/9185/1/Maria%20Eug%c3%aania%20Bento%20de%20Melo.pdf>> Acesso em: 20/10/2025.

OLIVEIRA, L. L. Inteligência artificial e desigualdade social: o impacto do colonialismo digital nas políticas públicas. Internet&Sociedade, v. 5, n. 1, julho de 2024, páginas 148 a 167. Disponível em: <<https://revista.internetlab.org.br/inteligencia-artificial-e-desigualdade-social-o-impacto-do-colonialismo-digital-nas-politicas-publicas/>> Acesso em: 26/09/2025.

SAMY, E. Avaliação de Impacto Algorítmico: Desafios Éticos e Jurídicos na Identificação e Mitigação do Viés de Gênero. set. de 2025 · Editora Dialética, 216 páginas.

SANTANA, C. E.; FUMAGALLI, T. W. G.; LIMA, O. F. Inteligência Artificial e Viéses Algorítmicos: desafios éticos e jurídicos em tempos de inovação. Revista Contemplação, 2025 (37), p. 131-149. Disponível em: <<https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/view/462/490>> Acesso em: 03/12/2025.

SILVA, T. Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. Edições Sesc SP, 21 de fev. de 2022 - 170 páginas.

VIANA, N. F. Discriminação Algorítmica nas Relações de Trabalho: desigualdade de gênero e os caminhos do acesso à justiça para a efetivação da justiça social na era da inteligência artificial. 2025. 115 f. Dissertação para grau de Mestre em Direito - Centro Universitário Christus – Fortaleza/CE, 2025. Disponível em: <<file:///C:/Users/haspa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Revista%20Arac%C3%AA/NICOLE%20FERREIRA%20VIANA.pdf>> Acesso em: 14/12/2025.